

Brasil **Política contraditória**

ESTADO DE SÃO PAULO

16 DEZ 1992

O governo deseja a retomada do crescimento, a queda das taxas de juro e o aumento da receita da União. Tivesse inter-relacionado esses objetivos, não teria enviado ao Congresso o projeto de lei para modificar o imposto de renda das pessoas jurídicas. Nele se estabelece a retenção na fonte do imposto devido por rendimentos de aplicações financeiras, negando-se às empresas a compensação posterior.

Se o Executivo se tivesse dado ao trabalho de analisar os balanços das empresas em 1991 (neste ano as coisas não foram diferentes), teria verificado que a maioria delas acusou déficit operacional, compensado por receitas de aplicações financeiras. Elas permitiram a muitas empresas sobreviver e realizar algum tipo de investimento. Aprovado o projeto de lei, as receitas financeiras serão reduzidas, o que fará que muitas delas apresentem balanços negativos este ano.

À luz de um cálculo correto, o Executivo acabará por verificar que o saldo da operação será negativo para o Erário. O recolhimento do imposto na fonte forçará a elevação das taxas de juro, pois as empresas

que aplicam tentarão compensar em parte suas perdas. Essa alta afetará todo o sistema econômico e frustrará a política de crescimento. Por outro lado, os consumidores, com taxas de juro mais altas, renunciarão ao crediário, mais cedo ou mais tarde, prejudicando sensivelmente um sistema que foi durante anos grande fator de crescimento ou sustentação das vendas a varejo e da produção industrial. Assim, os resultados do projeto contradizem em dois pontos a política do governo: crescimento e baixa das taxas de juro.

O grande prejudicado pelo aumento das taxas de juro será o Tesouro. A dívida mobiliária da União é de cerca de US\$ 40 bilhões. O aumento de um décimo de ponto porcentual na taxa real de juro mensal custa em torno de US\$ 40 milhões, o que significa US\$ 480 milhões por ano. Assim, a arrecadação prevista pelo projeto (US\$ 2 bilhões anuais) favorecerá a recessão, o aumento do desemprego e a queda da arrecadação. O saldo da operação será altamente negativo para o País. Seria demais esperar que o plenário da Câmara dos Deputados rejeite o projeto?